

As Mulheres no Algarve de Oitocentos {Aurízia Anica}



Inv. 0000

This text attempts to relate in an integral and long term perspective changes in demographic, social and economic structures as well as mentalities arising from changes in the relationships of power between men and women of the Algarve during the 19th century. The first part is a summary of the literature concerning relations between cultural transformations and changes in the ways of looking at women and their role in society. The second part analyses aspects of the demographic changes that contributed to the opening of new horizons in the lives of men and women. The third part considers the development of employment and how women became involved in work. The fourth part focuses on a new attitude towards education relevant to the development of female autonomy.

1. Difusão de uma cultura que tende a valorizar as mulheres

Os estudos realizados nas últimas duas décadas sobre a cultura portuguesa oitocentista na perspetiva do género têm desvelado as mulheres como sujeitos culturalmente ativos e criativos, mais do que como seres passivos, obedientes e subjugados. Apesar de participantes numa estrutura formalmente pouco permeável às consequências da aplicação integral do princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei, princípio proclamado a partir de 24 agosto de 1820 e sucessivamente reafirmado nas Constituições que conformaram o sistema monárquico liberal, as mulheres revelaram-se sujeitos da mudança sociocultural que foi, primeiro subterrânea e, depois, mais visível, transformando essa mesma estrutura e contribuindo decisivamente para as mudanças que se viriam a concretizar já pelo século XX adentro. Crespo (1990) identificou as mulheres como alvo e como aliadas das autoridades públicas locais na prossecução do projeto de regeneração da sociedade portuguesa no alvor da época contemporânea. Outra literatura antropológica salientou² os poderes das mulheres

do norte e Vaquinhas (1996) surpreendeu as mulheres da bacia do Mondego que denotavam liberdade de ação e uma considerável importância económica e social, apesar de partilharem com o homem a cultura da honra. Por outro lado, na imprensa periódica feminina analisada detalhadamente por Ana Maria Lopes (2005) verifica-se que, na segunda metade do século XIX, as mulheres desempenharam um papel relevante na análise e divulgação das circunstâncias e dos mecanismos das desigualdades de género, o que fizeram em articulação com os feminismos europeus.

Nos estudos realizados sobre o Algarve (ANICA, 2005; 2001) verificou-se que esta região se encontrava integrada no processo de mudança cultural do país, incluindo obviamente o âmbito das relações de género. Distinguiram-se três grandes períodos de mudança: o primeiro período, que se situa entre a primeira revolução liberal e o início da Regeneração (1820-1850); o segundo que corresponde *grosso modo* ao período da Regeneração e do rotativismo partidário (1850-1880); o terceiro que corresponde ao período de democratização e crise da monarquia liberal (1880-1910).

O primeiro período caracteriza-se pela complexidade, internacionalização e violência do processo de definição do novo sistema político e das reformas que consignam os princípios da separação dos poderes, da igualdade dos cidadãos e os da necessidade, legalidade, proporcionalidade e generalidade da lei. Uma nova conceção da lei e dos direitos dos cidadãos reflete-se na extinção da Inquisição e na abolição da tortura, da confiscação dos bens e de todas as penas «cruéis e infamantes».

¹ Docente da Universidade do Algarve; Investigadora do Instituto de Estudos de Literatura Tradicional.

² Por exemplo os estudos de BRETTELL, C. (1991); COLE, S. (1994); GODINHO, P. (2005), O'NEILL, B. J. (1984); WALL, K. (1998).

Por outro lado, as reformas da instrução e da justiça consagram o princípio da responsabilidade do Estado na prevenção dos males sociais, aproximando as respetivas instituições das populações. O segundo período constitui um período de viragem na tomada de consciência pelas mulheres da situação de dependência e discriminação em que viviam, consciência que conduz ao surgimento de formas de resistência à dominação patriarcal, principalmente nas relações conjugais. Esta resistência desponta tanto nas cidades como nos campos, em particular nos casais jovens inseridos em contextos profissionais diversificados, desde o dos proprietários e lavradores, até ao dos negociantes e comerciantes, não ficando de fora o dos artesãos.

O segundo período constitui um período de viragem na tomada de consciência pelas mulheres da situação de dependência e discriminação em que viviam, consciência que conduz ao surgimento de formas de resistência à dominação patriarcal, principalmente nas relações conjugais. Esta resistência desponta tanto nas cidades como nos campos, em particular nos casais jovens inseridos em contextos profissionais diversificados, desde o dos proprietários e lavradores, até ao dos negociantes e comerciantes, não ficando de fora o dos artesãos.

Assiste-se neste período ao desenvolvimento de uma nova sensibilidade perante a função social da maternidade, a especificidade da criança e os abusos de poder e violências cometidos contra as mulheres. Ao mesmo tempo, as mulheres participam numa nova dinâmica socioeconómica e cultural, começando a apropriar-se de espaços profissionais anteriormente exclusivos dos homens. O primeiro Código Penal e o quadro jurídico das relações na família definido no primeiro Código Civil consagram a dependência feminina, mas limitam, em nome do valor da vida humana, os instrumentos legais de domínio do pai de família sobre a mulher e os filhos. Concomitantemente, o Estado começa a ensaiar estratégias de prevenção e de controlo de atos que são cometidos principalmente pelas mulheres, quando estes põem em causa o objetivo de dotar

o país de uma população maior, mais saudável e disciplinada, como eram o aborto, o infanticídio e o abandono de recém-nascidos.

O terceiro período caracteriza-se pelo reforço e difusão da sensibilidade que despontara anteriormente, em particular no respeitante à violência cometida contra as mulheres no âmbito da família. A criminalização efetiva das formas violentas de exercício do patriarcado privado facilitada pelas alterações introduzidas no sistema de justiça penal e pela resistência oferecida pelas mulheres constituíram a dupla face de um processo no qual os poderes administrativo e judicial assumiram um papel de relevo nas vertentes pedagógica, preventiva e repressiva. O Estado criminalizou de forma mais efetiva e mais homogénea os comportamentos específicos de uma masculinidade tradicional. Conjuntamente, caminhou-se para um endurecimento na penalização dos crimes cometidos pelas mulheres, sobretudo nos casos em que os comportamentos destas contrastavam flagrantemente com o modelo dominante de feminilidade.

Todo o complexo de mudanças atrás brevemente enunciadas está relacionado com as transformações políticas, sociais e económicas que propiciaram oportunidades de construção de relações de género menos desiguais, quer na família quer no trabalho. A diversificação e especialização do mercado de trabalho, a urbanização e feminização da população são aspetos a considerar quando se procura conhecer os fatores do aumento da visibilidade das mulheres e da valorização dos seus papéis sociais neste período.

2. Uma população mais densa, mais urbana e mais feminina

Apesar das invasões, guerras e outras crises que perturbaram a vidas dos homens e das mulheres no Algarve ao longo do século XIX, a população foi crescendo, ainda

que segundo ritmos diferentes. De pouco mais de cem mil habitantes contabilizados no recenseamento de 1801, o Algarve passou para mais de duzentos e cinquenta e cinco mil habitantes em 1900, verificando-se que, na segunda metade de oitocentos, não só aumentou a população de facto como acelerou o ritmo do seu crescimento.

O crescimento da população foi acompanhado por outras alterações demográficas. Uma dessas mutações que importa aqui considerar foi a do peso dos géneros no conjunto da população.

Dos cento e três mil e noventa e cinco habitantes de facto que habitariam o espaço algarvio no princípio de oitocentos, segundo o recenseamento de 1801, mais de metade (52%) eram mulheres³. No recenseamento de 1849 ainda as mulheres representavam mais de metade da população, facto a que não seriam alheias a crise económica do princípio de oitocentos, as invasões francesas e as guerras civis que se prolongam até à segunda metade da década de 40. O peso relativo dos homens e das mulheres na população alterou-se durante a segunda metade do século, o que é comprovado pelo número de habitantes masculinos contabilizados no censo de 1864, o qual ultrapassa o número de habitantes femininos, como se pode observar no gráfico 1.

No final de oitocentos e princípio de novecentos, as crises económicas e políticas levam à intensificação da emigração masculina, facto que justifica a redução da taxa de masculinidade na população algarvia.

Outra alteração relevante diz respeito à distribuição da população no espaço regional: a população tende a concentrar-se no litoral e nos centros urbanos, fenómeno que tem particular incidência na população feminina. Em 1801, o Algarve contaria com quatro cidades com população superior a cinco mil habitantes: Faro, Tavira, Loulé e Lagos. Na mesma altura, os três concelhos mais populosos eram, por ordem decrescente, Faro, Tavira e Loulé, os quais acolhiam 38,3% da população, sendo que no respeitante à

população feminina o seu peso subia para 39,1%. Passado cerca de um século, o Algarve já dispunha de seis centros urbanos com mais de cinco mil habitantes, a saber: Olhão, Faro, Vila Nova de Portimão, Lagos, Tavira e Vila Real de Santo António. O concelho de Faro deixara de ser o concelho mais populoso, ocupando a segunda posição, atrás do concelho de Loulé e seguido do concelho de Silves, os quais representavam 40,9% da população do distrito, ao passo que a sua população feminina ascendia a 41,1%.

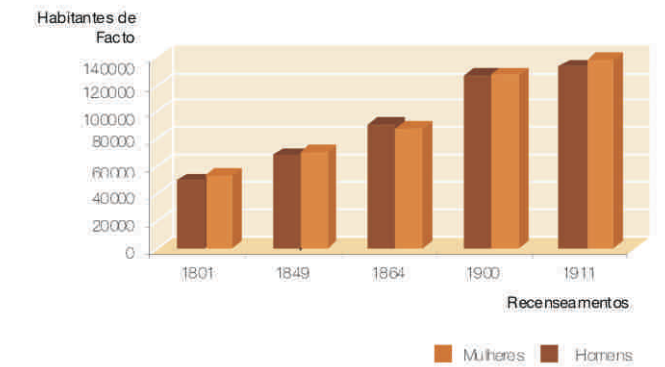
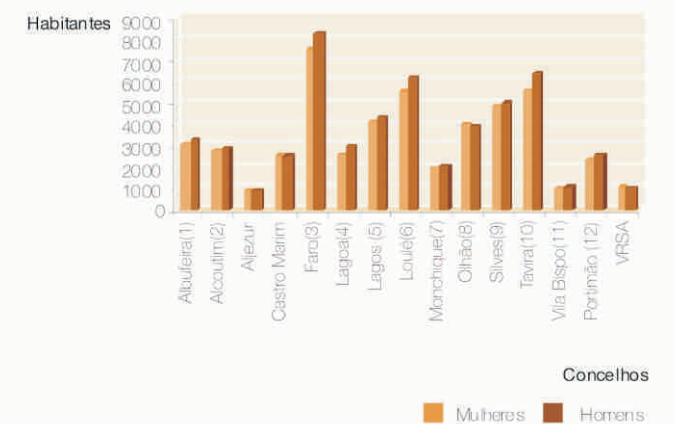


Gráfico 1 | População por sexos, Algarve, 1801 - 1911



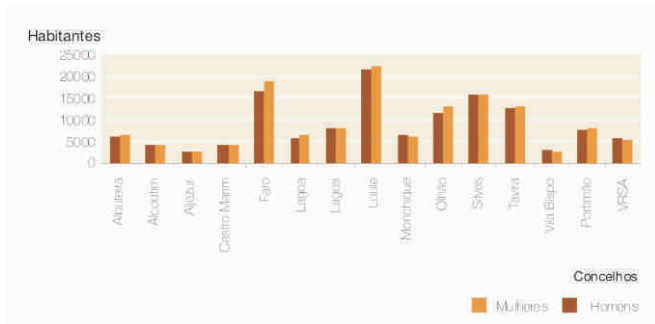


Gráfico 3 | População de facto, por sexo, Algarve, 1911

³ Os dados fornecidos pelo recenseamento de 1801 foram adaptados para permitirem a comparação com os dados dos recenseamentos posteriores. Foi, por isso, necessário fazer as alterações a seguir descritas as quais correspondem às notas assinaladas no gráfico 2:

- (1) Incluída a freguesia de Boliquiteime que estava integrada no Concelho de Loulé;
- (2) Integrada na Comarca de Beja, mas não contabilizada a freguesia de Cachopo;
- (3) Excluídas as freguesias que passariam a constituir o concelho de Olhão. Incluída Venda (S. João);
- (4) Incluída a freguesia de Porches que estava integrada no Concelho de Silves;
- (5) Excluídas Barão de S. Miguel, Bordeira, Budens, Carrapateira e Raposeira que seriam integradas no Concelho de Vila do Bispo;
- (6) Excluída a freguesia de Boliquiteime que passaria a integrar o concelho de Albufeira;
- (7) Excluída a freguesia de Mexilhoeira Grande que passaria para o Concelho de Portimão;
- (8) Ainda não era Concelho, apenas uma freguesia de Faro. Incluídas as freguesias de Moncarapacho, Olhão da Restauração, Pechão e Quelfes;
- (9) Excluída a freguesia de Porches;
- (10) Incluída a freguesia de Cachopo que estava integrada na comarca de Beja (Alcoutim);
- (11) Incluídas as freguesias de Barão de S. Miguel, Bordeira, Budens, Carrapateira e Raposeira que estavam integradas no Concelho de Lagos;
- (12) Incluídas as freguesias de Mexilhoeira Grande e Alvor que seriam integradas no concelho de Vila Nova de Portimão.

Nos gráficos 2 e 3 distinguem-se os concelhos que tinham a maior capacidade de atração da população feminina: em 1801, eram os concelhos de Tavira, Faro e Loulé; ao passo que em 1911, eram os de Faro, Olhão e Lagoa. Pelo contrário, as unidades administrativas que apresentavam a maior componente masculina da população eram, em 1801, Olhão⁴ e os concelhos de Vila Real de Santo António e Aljezur.

Passado mais de um século, os concelhos em que as mulheres se encontravam em menor número do que os homens eram ainda Vila Real de Santo António e Aljezur, aos quais se haviam juntado os concelhos de Monchique e Vila do Bispo.

Outro aspeto a considerar diz respeito às migrações que apresentam também diferenças de género. O Anuário Estatístico de Portugal⁵ indica que emigraram setecentas e quatro pessoas do distrito de Faro, no ano de 1910, a maior parte delas com destino a países da América do Sul (73%), não incluindo o Brasil, o qual foi destino para 19% dos emigrantes. Para a América do Norte saíram 7% dos emigrantes e para a Europa 1%. Todavia, destes emigrantes apenas 10% eram mulheres.

Quanto aos imigrantes, os registos das pessoas presentes no momento dos recenseamentos permitem conhecer algumas das suas características, como a nacionalidade, o sexo e o grau de instrução. Em 1890, foram contados setecentos e quarenta e três estrangeiros no distrito de Faro, dos quais 66% eram homens e 34% mulheres, sendo 85% de nacionalidade espanhola e 11% provenientes de França, Inglaterra e Itália. Vila Real de Santo António era o concelho mais atrativo, principalmente para os espanhóis, mas também para os italianos, que investiram e laboraram na indústria das conservas de atum e sardinha, indústria que captava uma boa parte da mão-de-obra especializada da maioria dos estrangeiros aí residentes (70%), dos quais 35% eram mulheres.

Em 1900, o total de estrangeiros no Algarve ascendia a novecentos e quatro, a grande maioria (86%) provenientes do país vizinho, mas também oriundos de outros estados europeus e do continente americano.

Onze anos depois, o número de estrangeiros no Algarve subira para novecentos e dezassete, sendo ainda a maioria de espanhóis, que representavam 75% do total de estrangeiros, seguindo-se os oriundos do continente americano com 11% e os provindos de outros países europeus com 9%. O concelho de Vila Real de Santo António continuava a atrair o maior número de estrangeiros, seguindo-se Olhão, Faro e Portimão.

Entre os estrangeiros que investiram na indústria das conservas de peixe e em outras indústrias a esta associadas destacaram-se pelo seu sucesso em Vila Real de Santo António os espanhóis Sebastian Ramirez e Tenório, bem como o italiano Parodi. Em Portimão e Olhão, foram os investimentos dos espanhóis António e Cayetano Feu que criaram centenas de postos de trabalho para mulheres e para homens que produziam conservas de peixe principalmente para exportação. Em Silves, foram também os estrangeiros que desenvolveram a indústria das rolhas de cortiça. Em Faro, a atividade económica dos estrangeiros estava intimamente ligada à exportação de produtos agrícolas e seus derivados, principalmente para a Europa (MARQUES, 1999). A imigração para o Algarve adquiriu, então, um maior equilíbrio numérico entre os sexos, chegando mesmo as mulheres estrangeiras a estar em maioria, sobretudo nos núcleos urbanos mais atrativos, como eram os de Vila Real de Santo António, Olhão e Faro.

Em resumo, no século XIX a população algarvia cresceu a ritmos diferenciados no tempo e no espaço, alimentando a tendência para a concentração no litoral e nos centros urbanos. No litoral ampliaram-se os fluxos migratórios, a internacionalização e modernização da atividade económica e as oportunidades profissionais que as mulheres e também os homens souberam aproveitar para construir

percursos de vida inovadores, como adiante se verá.

3. Mulheres à procura de novos setores de atividade profissional

É conhecida a importância das múltiplas atividades económicas desempenhadas pelas mulheres no mundo rural oitocentista, atividades que iam desde a participação na criação do gado e dos animais domésticos até à preparação destes após o abate, não esquecendo a participação nas atividades agrícolas propriamente ditas, da sementeira à colheita e à comercialização da produção, conjugadas ou não com atividades artesanais, para não falar de todas as atividades relacionadas com o quotidiano da vida familiar, igualmente em grande parte asseguradas pelas mulheres, como a alimentação, a higiene, o vestuário, a manutenção da saúde, o tratamento na doença, a socialização e educação das crianças, sobretudo das mais pequenas. Estas atividades que as mulheres dos campos realizavam frequentemente no seio da família, como esposas, mães, tias, filhas ou avós, geralmente com a participação de assalariados ou criados da “casa”, quando se tratava de proprietárias de terras, não eram atividades remuneradas diretamente com um salário e, por esse motivo, não eram contabilizadas nas estatísticas como sendo atividades profissionais, mas sim como atividades de “pessoas de família sem ocupação lucrativa”. Este é apenas um exemplo que ajuda a compreender a real importância do trabalho das mulheres e o reduzido peso que o mesmo tem nas estatísticas do emprego.

⁴ Nesta data Olhão ainda não tinha ascendido a concelho. Considera-se aqui a população das freguesias que integrarão o concelho de Olhão para permitir a comparação com os dados obtidos posteriormente.

⁵ *Anuário Estatístico de Portugal, 1908, 1909 e 1910*, Lisboa, Imprensa

Nacional, 1914, Vol. I, pp. 64-65.

Com os dados disponíveis no Censo de 1900⁶, é possível obter um quadro aproximado da estrutura do emprego no Algarve, do peso e da especificidade da participação das mulheres na estrutura produtiva regional e da evolução dessa estrutura nos últimos anos da monarquia constitucional. Em primeiro lugar, ponderando os setores de atividade profissional, nos quais toda a população foi classificada, segundo as três categorias atrás mencionadas, encontra-se uma estrutura de emprego maioritariamente baseada na agricultura, a qual ocupava 66% da população.

A indústria abrangia 13% da população, os transportes 9%, o comércio 4%, o trabalho doméstico 2%, o funcionalismo público, incluindo as forças de segurança pública, 2% e, por fim, com um peso residual, das profissões liberais dependia somente 1% da população⁷.

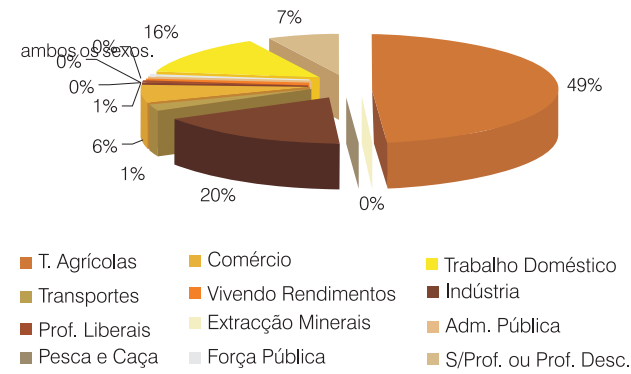


Gráfico 4 | Profissões das Mulheres, Algarve, 1900

Considerando, agora, exclusivamente as “pessoas exercendo uma profissão” é evidente a diferenciação de género na estrutura do emprego: os homens ocupavam 83% do mercado de trabalho, enquanto que as mulheres não iam além dos 17%. Os homens dedicavam-se principalmente às atividades agrícolas (69%), seguindo-se a indústria (13%), os transportes (9%) e o comércio (3%). A “força pública”⁸ com 2% e, por último, as profissões liberais com 1%. A estrutura do emprego feminino era bastante distinta. As mulheres a trabalhar na agricultura representavam apenas 49% do universo das que exerciam uma profissão, na indústria laboravam 20% das empregadas, no serviço doméstico encontravam-se 16%, no comércio 6%, nos transportes apenas 1% e nas profissões liberais igualmente 1%.

O recurso à força de trabalho feminina na indústria conserveira terá sido muito superior aos números registados oficialmente nos Censos, nos quais é possível que tenham sido consideradas apenas as operárias efetivas. A penetração das mulheres no mercado de trabalho das conservas de peixe, que estava em crescimento desde os anos 80, prendia-se em grande medida com o custo mais

baixo da mão-de-obra feminina, com as flutuações da procura e com as características específicas da atividade.

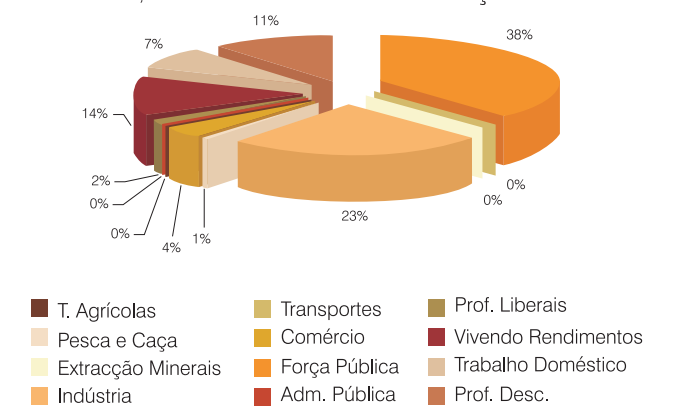
Os números oficiais revelam que, ao invés dos homens, a maior parte das mulheres era classificada na categoria “pessoas de família sem ocupação lucrativa”, estando presentes em quase todos os setores de atividade económica, com destaque para a agricultura, a indústria e os transportes. Nesta categoria supõe-se que se encontram as mulheres integradas em famílias de proprietários agrícolas e industriais, comerciantes, artesãos e outras, mulheres que desenvolviam o seu trabalho no contexto familiar, provavelmente na dependência de um elemento masculino, trabalho que não dava lugar a remuneração. Também na categoria de “serviçais”, na qual se supõe que seriam contabilizados os criados, os moços de recados e os aprendizes de artesãos, as mulheres surgiam em maioria, distribuindo-se por quase todos os setores de atividade, com destaque para a agricultura, o comércio, a indústria e as profissões liberais.

No primeiro Censo da República está patente a mudança operada na estrutura do emprego: o emprego feminino contraiu-se, dado que em números absolutos havia menos mulheres a exercer uma profissão, o que não aconteceu no que respeita ao mercado de trabalho masculino. Além disso, verifica-se que só 16% das mulheres foram consideradas como estando a realizar atividades com caráter profissional.

A agricultura, a pesca em conjunto com a caça e a “força pública” ocupavam menos homens do que no princípio do século. O caso mais marcante é o da agricultura com menos cinco por cento dos homens. Em contrapartida, os setores da indústria e dos transportes tinham ganho, cada um, dois por cento dos profissionais masculinos e o comércio crescera um ponto percentual. No que respeita à estrutura profissional feminina, sobressai uma queda significativa dos números relativos ao trabalho agrícola e ao trabalho doméstico, na ordem dos nove pontos percentuais em cada um, acompanhada por uma diminuição do trabalho no

comércio de dois pontos percentuais. A mão-de-obra feminina disponível foi, por isso, compelida a dirigir-se para os setores económicos em crescimento. Agora, as mulheres a desempenhar atividades profissionais nas indústrias totalizavam mais três pontos percentuais do que em 1900, ao passo que nas profissões liberais a presença feminina elevava-se um ponto percentual⁹.

Os dados indicam, portanto, que, na crise de emprego verificada sobretudo nos setores económicos tradicionais, em especial na agricultura, o trabalho feminino foi o mais sacrificado. Todavia, também é claro que as mulheres procuraram adaptar-se às mudanças do mercado de trabalho, inserindo-se nos setores económicos mais dinâmicos, como o da indústria e o dos serviços.



⁸ Diríamos hoje “forças de segurança pública”. Também a caça e a pesca ocupavam 2% dos profissionais.

⁹ Eleva-se a proporção das mulheres que viviam de rendimentos (mais 14%), facto que muito provavelmente é o resultado de uma mudança de critérios na classificação das situações concretas de ausência de trabalho remunerado. Cresce também o peso das mulheres que não têm profissão ou têm profissão

desconhecida (mais 4%).

4. Mulheres mais autónomas

A mão-de-obra que não encontrou lugar na agricultura e no artesanato tradicional deslocou-se para as indústrias da conserva de peixe instaladas no litoral, entre Vila Real de Santo António e Vila Nova de Portimão; dirigiu-se para as armações de pesca, cuja atividade era sazonal, sendo, por isso, desenvolvida alternadamente com outras atividades agrícolas ou do mar; orientou-se também para a indústria, em particular para a da cortiça, que prosperava no triângulo de S. Brás, Faro e Silves. Com menor poder de atração, mas a liderar a utilização do vapor como força motriz, surge a indústria das bebidas alcoólicas. Na indústria algarvia do princípio de novecentos o número de trabalhadores aumenta, quer homens quer mulheres. Todavia, em termos relativos o peso das mulheres neste sector baixa de 24% para 23%.

No artesanato tradicional¹⁰, bem como nas indústrias, a aprendizagem profissional fazia-se em exercício e os recrutados eram na sua maioria iletrados e iletradas, como era nesse tempo a grande maioria da população. De facto, em 1878, só 15% da população algarvia sabia ler e escrever, tendo a percentagem de alfabetizados subido para 17% em 1900 e para 18% no início da República. Contudo, as competências para ler e escrever estavam desigualmente distribuídas entre homens e mulheres e no espaço regional. Os concelhos periféricos e os concelhos do interior algarvio, como Alcoutim, Aljezur, Castro Marim e Monchique apresentavam taxas de analfabetismo mais elevadas que os restantes concelhos, atingindo o analfabetismo feminino mais de noventa por cento da população de facto.

¹⁰ A produção estava ainda organizada de maneira artesanal nos têxteis, curtumes, calçado, alfaiataria, chapelaria, albardaria, sabão, azeite, farinha, ferro, fogo de artifício, telhas, tinturaria, redes, velas e vinhos.

¹¹ No ano lectivo de 1898-99, fizeram exame da instrução primária elementar quinhentos alunos, dos quais duzentos e vinte eram rapazes e duzentos e oitenta eram raparigas, tendo havido nas raparigas 3,9% de reprovações.

enquanto entre os rapazes os reprovados atingiram os 17,3%.

Os concelhos do litoral e os mais centrais apresentavam taxas de alfabetização mais elevadas, como no caso do concelho de Faro, havendo mesmo concelhos nos quais a alfabetização das mulheres levava vantagem sobre a dos homens: era assim nos concelhos de Lagoa, Lagos, Portimão, Vila do Bispo e Tavira.

Nas profissões liberais o peso do trabalho feminino aumentou na primeira década de novecentos, tendo passado de 29% para 30%, ao invés do que sucedeu na indústria, na qual, como foi referido, o peso da mão-de-obra feminina decresceu. O exercício das profissões liberais, que dependia em grande medida da literacia e de percursos escolares certificados, concentrava-se nos concelhos do litoral mais urbanizados e economicamente mais dinâmicos, concelhos onde as taxas de alfabetização feminina também atingiam um nível mais elevado. Este facto, quando associado à mais elevada taxa de sucesso das crianças do sexo feminino no exame da instrução primária elementar que se verificou no final de oitocentos¹¹ revela que uma estratégia clara de investimento das famílias na educação das meninas estava relacionada com a vontade de assegurar-lhes um futuro profissional mais exigente e mais promissor no que respeita à autonomia individual, uma atitude que é inovadora para a época.

Conclusão

O modelo de mulher doméstica e passiva talhado para as classes mais baixas que se difundia na escola, na igreja e em alguma imprensa foi distorcido pela lenta mudança da estrutura socioeconómica e das mentalidades e pelo despertar da economia industrial e de mercado que promoveu as mulheres que nela se integraram, em particular as que não tinham dependências familiares. Por outro lado, o contexto de crise económica do final de oitocentos e princípio de novecentos, que sacrificou a mão-de-obra feminina em alguns sectores económicos, levou as

mulheres a procurar novas perspetivas de vida, mesmo quando estas lhes exigiam um mais elevado nível de instrução. Nestas circunstâncias, a inserção profissional nos novos setores económicos permitiu a fuga aos constrangimentos tradicionais e facilitou a assumpção de práticas e de valores inovadores num mundo que, graças à democratização do Estado liberal e ao desenvolvimento da economia de mercado, se estava a tornar mais homogéneo, mais rápido, mais seguro e, também, menos hostil às mulheres.

Fontes

ALBUQUERQUE, J. C. B. 1866. *Censo de 1864*. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal.
M. F. 1907. *Anuário Estatístico de Portugal, 1900*. Lisboa: Imprensa Nacional.
M. F. 1913. *Censo da População de Portugal*. No 1º de Dezembro de 1911. Lisboa: Imprensa Nacional.
M. F. 1914. *Anuário Estatístico de Portugal, 1908, 1909 e 1910*. Lisboa: Imprensa Nacional.
M. N. F. 1901. *Censo da População do Reino de Portugal. No 1º de Dezembro de 1900*. Lisboa: Imprensa Nacional.
M. O. P. C. I. 1885. *Anuario Estatístico de Portugal, 1885*. Lisboa: Imprensa Nacional.
M. O. P. C. I. 1890. *Anuario Estatístico de Portugal, 1886*. Lisboa: Imprensa Nacional.
M. O. P. C. I. 1868. *Censo da População do Reino de Portugal. No 1º de Janeiro de 1864*. Lisboa: Imprensa Nacional.
M. O. P. C. I. 1896. *Censo da População do Reino de Portugal. No 1º de Dezembro de 1890*. Lisboa: Imprensa Nacional.
SILVEIRA, L. N. E. 2001. *Os Recenseamentos da População Portuguesa de 1801 e 1849*. Edição Crítica. Lisboa: INE.

Bibliografia Citada

ANICA, A. 2005. *As Mulheres, a Violência e a Justiça no*

Algarve de Oitocentos. Lisboa: Colibri.

ANICA, A. 2001. *A Transformação da Violência no Século XIX. O Caso da Comarca de Tavira*. Lisboa: Colibri.

BRETTELL, C. 1991. *Homens que Partem, Mulheres que Esperam - Consequências da Emigração numa Freguesia Minhota*. Lisboa: Dom Quixote.

COLE, S. 1994. *Mulheres da Praia – O Trabalho e a Vida Numa Comunidade Costeira Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.

COVA, A. & SILVA, M. B. N. (Eds.) 1999. *As Mulheres e o Estado*. Lisboa: Universidade Aberta.

CRESPO, J. 1990. *História do Corpo*. Lisboa: Difel.

CUTILEIRO, J. 1977. *Ricos e Pobres no Alentejo*. Lisboa: Sá da Costa.

GODINHO, P. 2005. *O Leito e as Margens*. Lisboa: Colibri.

LOPES, A. M. C. 2005. *Imagens da Mulher na Imprensa Feminina de Oitocentos*. Lisboa: Quimera.

MARQUES, M. G. M. 1999. *O Algarve da Antiguidade aos nossos Dias*. Lisboa Colibri.

O'NEILL, B. J. 1984. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras*. Lisboa: D. Quixote.

VAQUINHAS, I. 1996. *Violência, Justiça e Sociedade Rural. Os Campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto. Afrontamento.

WALL, K. 1998. *Famílias no Campo. Passado e Presente em Duas Freguesias do Baixo Minho*. Lisboa: Dom Quixote.